

ORGANISMOS MULTILATERAIS E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Multilateral organizations and distance learning
Organizaciones multilaterales y educación a distancia

RAQUEL APARECIDA SOUZA

MARCELO SOARES PEREIRA DA SILVA

Resumo: O estudo analisa a dinâmica estabelecida pelos organismos internacionais para fortalecer a implantação de programas e políticas para a educação a distância (EaD). Por meio dessa análise, busca apreender se ela tem-se configurado como uma ação de cunho neoliberalista, através de um estudo documental, associado à análise do movimento reformista, proposto para a educação a partir dos anos de 1990, no Brasil. Algumas conclusões mostram que, de fato, a EaD vem se configurando como uma ação neoliberalista no campo educacional, pois está presente a visão de que ela pode formar profissionais aptos às necessidades atuais do mercado e representa uma forma de diversificação de acesso ao ensino superior.

Palavras-chave: Organismos multilaterais; reforma gerencial; educação a distância.

Abstract: The study evaluates the dynamics established by international organizations to strengthen the implementation of policies and programs for distance learning (DL). The analysis investigates whether the related actions have been configured as neo-liberal, and used a documental study combined with an assessment of the movement proposed to renovate education in Brazil as of 1990's. Some conclusions show that in fact DL has consisted in neo-liberalist actions in the educational field, since it includes the vision that it can educate professionals fit to meet current market needs, while also representing a way to diversify access to higher education.

Keywords: Multilateral organizations; management reform; distance learning.

Resumen: El estudio analiza la dinámica establecida por los organismos internacionales para fortalecer la implantación de políticas y programas de educación a distancia (DE). A través de ese análisis se busca saber si se ha configurado como una acción neoliberal. En este sentido, se llevó a cabo un estudio teórico combinado con un análisis del movimiento de reforma que se propone en la educación desde el año 1990. Algunos resultados muestran que, de hecho, la educación a distancia se perfila como una acción neoliberal en el campo educativo, ya que está presente la visión que se puede formar profesionales para satisfacer las necesidades actuales del mercado y representa una forma de diversificación del acceso a la educación superior.

Palabras clave: Organismos multilaterales; reforma gerencial; educación a distancia.

APONTAMENTOS INICIAIS

A partir dos anos 90 do século XX, vivenciamos uma movimentação na elaboração de diretrizes e políticas para implementação e consolidação da educação a distância (EaD). Mediante a escassez de investimentos para ampliação e expansão adequada de vagas ao ensino superior, políticas de cunho neoliberalistas, baseadas nas orientações dos organismos multilaterais, ganharam espaço, por meio de suas propostas de ampliação de vagas, sem, contudo, apontar para a ampliação de investimentos na universidade pública.

Tais orientações têm como princípio a redução da participação do Estado na educação, tendo em vista a compreensão de que, se forem reduzidos os investimentos estatais, restarão mais recursos para o pagamento das dívidas, intensificadas pela adoção dos programas desses órgãos. Buscamos, por meio deste estudo, compreender a dinâmica estabelecida pelos organismos internacionais para fortalecer a implantação de programas e políticas para a educação, sobretudo para a EaD, visando a compreender se essa modalidade se configura como uma ação de cunho neoliberalista.

Partimos da análise de dois documentos desses organismos: *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia* (BANCO MUNDIAL, 1995) e *Política de mudança e desenvolvimento no Ensino Superior* (UNESCO, 1999). Também buscamos compreender essa dinâmica no documento *Plano Decenal de Educação para Todos* (BRASIL, 1993), anterior aos mencionados, mas que apresenta a mesma direção para a sistematização da EaD no Brasil. Associada a essa compreensão, fazemos um parâmetro de análise com o movimento reformista proposto para a educação, a partir dos anos de 1990, cujos princípios e diretrizes estão alocados nas propostas das políticas neoliberalistas para uma reforma gerencialista da administração pública brasileira.

REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA ÓTICA NEOLIBERAL

Considerando a lógica neoliberal, a educação superior enfrenta crises, que se referem à falta de eficiência, eficácia e produtividade, pois, nessa visão, não falta universidade, nem recursos orçamentários e humanos; o que falta é melhor gestão para a distribuição dos recursos, que já existem, em grande quantidade.

Na perspectiva neoliberal de pensar a educação, as crises que a envolvem poderão ser solucionadas por meio de reformas, que apontem, dentre outras características, para a possibilidade de formação de profissionais para um mercado de trabalho promissor, de modo que a educação se adeque às reais demandas

produtivas que a sociedade necessita. Preti (1998) ressalta que essa visão tende a firmar-se como única saída para as crises vivenciadas pela sociedade:

O projeto neoliberal vem assumindo, no discurso e na prática, contornos cada vez mais nítidos e perturbadores e tem conseguido, através dos meios de comunicação, o convencimento da sociedade de que é a única saída para a crise que impera nos campos da economia, da política e, no nosso caso, da educação. Parte do pressuposto ou da “constatação” estatística de que a educação formal se expandiu, estando disponível a todos os segmentos da sociedade (p. 21-22).

A reforma da administração pública brasileira, no final dos anos de 1990, apontou políticas e diretrizes para que a reforma na educação conseguisse superar os déficits apontados pelo tripé da eficiência, da eficácia e da produtividade. De fato, os anos 90 do século XX configuraram-se como um período de importantes reformas no mundo e no Brasil, sobretudo no período de governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), em que o marco de suas práticas governamentais se processou a partir de propostas e práticas para a realização de uma significativa mudança na estrutura estatal, identificada como “Reforma Gerencial do Estado”. Uma das justificativas para essa reforma, pautou-se na lógica utilizada acerca das análises dos movimentos das crises internacionais e econômicas, suas causas e consequências, que levaram o país a vivenciar uma crise de Estado.

A análise¹ das propostas para a reforma na administração pública permite afirmar que, dentre os seus pressupostos, destaca-se a busca por uma nova administração, que tivesse caráter gerencialista, que fosse centrada na obtenção de resultados, no atendimento dos interesses do cidadão, e que focalizasse o incentivo à criatividade, à inovação e à produtividade. Essas propostas, portanto, para alcançarem êxito, deveriam ser desenvolvidas por um tipo especial de contrato de gestão, que se pautava, sobretudo, na perspectiva da flexibilização, da descentralização e, portanto, da privatização.

Esses pressupostos de caráter ideológico da reforma permitiriam alocar os direitos sociais – das áreas da saúde, da educação e da cultura – no setor dos serviços, definidos pelos princípios do mercado. Assim, a reforma promoveria a ampliação do espaço privado e a consequente diminuição do espaço público, no que se refere aos direitos democráticos. Ao mesmo tempo, fortaleceria o reconhecimento de um espaço que antes não pertencia, necessariamente, ao Estado. Seguindo esses ideais, a educação superior, sobretudo as universidades públicas, estaria pouco a pouco ganhando novas versões e se caracterizando no

1 Uma análise desse movimento foi realizada por Souza (2007), no trabalho de dissertação de mestrado intitulado “Da Unitins à UFT: Modelos e Práticas Gestoriais presentes na Educação Superior do estado do Tocantins no Limiar do Século XXI”.

tipo especial de uma organização social.

Estudos realizados por Oliveira e Catani (2000) destacam que os princípios que envolveram a reconfiguração na educação superior promoveram “um novo padrão de modernização e de gerenciamento para o campo universitário, inclusos no atual paradigma de produção capitalista e na reforma da administração pública do Estado” (p.105). Destacam também que até o conceito de universidade foi colocado em discussão, gerando conflitos de identidade, além de questões como a natureza e a relevância social das instituições públicas.

Para Mancebo (1998), a reforma pode ser analisada com base nos princípios da racionalização de recursos, da gestão direcionada aos resultados, da flexibilização de gestão, da qualidade do serviço educacional e da descentralização. Cury (1998, p. 18), de sua parte, avalia que a reforma estaria estruturada em torno dos eixos da avaliação e da autonomia.

Na verdade, esses olhares sobre a reforma da administração pública e consequentemente da educação superior no Brasil no final do século XX evidenciam alguns pilares fundamentais que davam sustentação a ela e que, ao mesmo tempo, sinalizam elementos de uma gestão gerencialista, voltada para a busca dos resultados por meio da competitividade, em resposta aos anseios da lógica empresarial, do mercado e de seus clientes. Como consideram Oliveira e Catani (2002):

A lógica e as ações que presidem a desorganização da educação superior ocorrem na direção de tornar o trabalho acadêmico mais produtivo do ponto de vista dos interesses prevaletentes no mercado. Esta racionalidade econômica revela que a universidade e o trabalho acadêmico só possuem relevância econômica e social quando forma profissionais aptos às necessidades atuais do mercado de trabalho e quando pesquisam, geram ou potencializam os conhecimentos, as técnicas e os instrumentos de produção e serviços que possibilitam a ampliação do capital (p. 24).

Pelo exposto, podemos inferir que, dentre os princípios e as diretrizes da reforma da educação superior, destacam-se elementos como: a publicização e a descentralização, a diversificação e a diferenciação institucional, a flexibilização, a avaliação, competitividade e a autonomia (OLIVEIRA; CATANI 2000, 2002; SGUISSARDI, 1999, 2001; MANCEBO, 1998, SILVA JR. 2001, 2002). Esses princípios estão presentes nos documentos norteadores das propostas elaboradas pelos organismos multilaterais e emergem como possíveis respostas para se resolverem as tensões e as contradições entre a universidade, a sociedade e o Estado. A correção e o ajuste dessas questões se dariam por meio das reformas no âmbito da gestão, orientadas pela necessidade de se introduzirem mecanismos que contemplassem a qualidade, medida pela eficiência, eficácia e produtividade

dos serviços educacionais.

Dentre as diversas ações propostas, a educação a distância é apontada em vários documentos desses organismos como uma das possibilidades de se resolverem esses problemas, inclusive o de ampliação de vagas para a educação superior. As políticas de diversificação de fontes de financiamento e de formas de acesso se configuram sob a aparência de expansão do acesso e democratização desse nível de ensino.

POLÍTICAS PARA A EAD SOB A ÉGIDE DE ORGANISMOS MULTILATERAIS

Acompanhando esse processo reformista, propôs-se a elaboração de uma agenda para o campo educacional apoiada pelos organismos multilaterais, como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização das Nações Unidas para educação Ciência e Cultura (UNESCO), a Organização das Nações Unidas (ONU), dentre outros.

Esses organismos, representantes dos anseios neoliberalistas, apresentam-se na condição de importantes indutores de políticas nesse campo da educação e, para tanto, vêm produzindo documentos, projetos e ações, envolvendo diversas áreas, como a do currículo, a da avaliação, da gestão, das formas e alternativas de financiamento, da formação de professores, da implementação da educação a distância, visando a apontar alternativas para as crises vivenciadas pela educação superior. Dentre os documentos, destaca-se para esta análise: *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia* (BANCO MUNDIAL, 1995); *Política de mudança e desenvolvimento no Ensino Superior* (UNESCO, 1999) e o documento *Plano Decenal de Educação para Todos* (BRASIL, 1993), o qual já sinalizava a constituição de um sistema nacional de EaD, mesmo antes de aprovada a LDB 9394/96.

Publicado em 1995 pelo BM, com o título *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*, trata da reestruturação da educação superior, aponta algumas orientações básicas para os anseios das reformas segundo o projeto neoliberal e, também, destaca diagnósticos das crises, as definições das políticas e as estratégias para se implementarem as reformas nesse nível de ensino. Em relação às estratégias, o documento contempla quatro orientações principais:

- 1) fomentar la mayor diferenciación de las instituciones, incluyendo el desarrollo de instituciones privadas
- 2) proporcionar incentivos para que las instituciones públicas diversifiquen as fuentes de financiamiento, por ejemplo, la participación de los estudiantes em los gastos y la estrecha circulación entre el funcionamiento fiscal e los resultado
- 3) redefinir la función del gobierno en la enseñanza superior

4) adoptar políticas que estén destinadas a otorgar prioridad los objetivos de calidad y equidad (BM, 1995, p.4).

Nas orientações do BM, percebemos a intenção de estimular a diversificação das instituições de ensino superior e das formas de financiamento, assim como fica expresso o interesse pela manutenção e pela concentração de esforços para obter qualidade e equidade na educação superior, por meio do apoio às instituições privadas. Além disso, é transparente a proposta para a redefinição do papel dos governos frente aos assuntos da educação superior.

Ao apontar os êxitos dos países desenvolvidos na diversificação de instituições não universitárias, o documento é bem expressivo, quando afirma que novos tipos de instituições universitárias, dentre elas as que oferecem educação a distância, contribuem para diminuir os custos anuais por estudantes:

Han surgidos varios tipos de instituciones no universitarias en los distintos países [...] que ofrecen educación a distancia y programas de educación de adultos [...] La principal ventaja de esas instituciones es el menor costo de los programas, es el resultado de los cursos más breves, las tasas de deserción más bajas y el menor gasto anual por estudiante (BM, 1995, p.34).

Lima (2006) considera que a educação a distância aparece nesse documento como o elemento central das políticas do Banco Mundial, tendo em vista que ela representa um mecanismo de diversificação das instituições de ensino, as quais podem atender de forma mais eficiente às demandas de formação inerentes aos anseios do capitalismo. Para a autora, a “educação a distância é identificada como uma eficiente estratégia de diversificação das instituições de ensino superior, garantindo o acesso de segmentos populacionais mais pobres” (IBIDEM, p. 150), o que também fica evidenciado no documento do Banco Mundial,

La educación a distancia puede ser eficaz para aumentar a um custo moderado el acceso de los grupos desfavorecidos, que por lo general están deficientemente representados de los grupos desfavorecidos entre los estudiantes universitarios [...] puede ser una forma eficaz de promover también la educación permanente y de mejorar los conocimientos, por ejemplo, cuando se usa para la formación de maestros em el servicios [...] los programas de educación a distancia son generalmente mucho menos costoso que los programas corrientes, dado el más alto numero de Estudiantes por maestro (BM, 1995, p.36).

Também outros autores, como Preti (1998) e Borges (2005), ao se referirem às políticas do Banco Mundial, apontam que a educação a distância parece estar atendendo mais aos anseios das propostas neoliberais do que aos anseios de uma sociedade que necessita de fato de educação.

Na atualidade a educação a distância melhor atende às necessidades pragmáticas neoliberais, pois se apresenta como uma forma de ensino mais barata atendendo a um grande número de alunos por um custo relativamente baixo, tendo em vista inclusive a economia que se faz diante da não-necessidade de ocupação e manutenção de prédios, como também diante do número reduzido de pessoal (professores e técnicos administrativos) para manter os sistemas em funcionamento (BORGES, 2005, p.104-105).

Preti (1998), na mesma linha de análise, aponta que, nessa conjuntura, com o avanço das tecnologias, a educação a distância parece ser uma alternativa viável, tanto com relação às exigências sociais e pedagógicas quanto no que se refere à estruturação física.

Se antes existiam muitas resistências e pré-conceitos quanto a esta modalidade, parece que a conjuntura econômica e política no limiar do milênio acabou por encontrar nesta modalidade uma alternativa economicamente viável, uma opção às exigências sociais e pedagógicas, contando com o apoio dos avanços das novas tecnologias da informação e da comunicação. Isto é, dentro desta crise estrutural, a conjuntura política e tecnológica tornou-se favorável à implementação da EaD. Ela passou a ocupar uma posição instrumental estratégica para satisfazer as amplas e diversificadas necessidades de qualificação das pessoas adultas, para a contenção de gastos nas áreas de serviços educacionais e, ao nível ideológico, traduz a crença de que o conhecimento está disponível a quem quiser (p. 23).

Outro documento que também se destaca é intitulado *Política de mudança e desenvolvimento no Ensino Superior*, da Unesco (1999). Parte do pressuposto de que a educação superior passa por crises, advindas da incapacidade dos poderes públicos de administração frente às novas demandas e aos desafios que surgem e que exigem um novo repensar sobre a missão e as ações da educação (p. 7).

O documento apresenta uma análise sobre o que a Unesco compreende das principais tendências para o ensino superior baseada nas experiências internacionais e considerando os desafios enfrentados na atualidade. Aponta algumas perspectivas sobre os desafios que considera essenciais, a partir da compreensão de documentos e de debates em fóruns internacionais, que apontam para o enfrentamento das questões referentes ao desenvolvimento de recursos humanos, associado às rápidas mudanças com o desenvolvimento tecnológico e econômico, fatores essenciais para as necessidades do mercado de trabalho e, para tanto, sugere novas estratégias de desenvolvimento para o ensino superior, considerando que:

- O ensino superior é um dos aspectos-chaves para se colocarem em movimento processos mais amplos, que são necessários para se lidar com os desafios do mundo moderno.

- O ensino superior e outras instituições e organizações científicas e profissionais, através de suas funções no ensino, treinamento, pesquisa e serviços, representam um fator necessário no desenvolvimento e na implantação das estratégias e políticas de desenvolvimento.
- É necessária uma nova visão de ensino superior, que combine a visão de universalidade de ensino superior com o imperativo por maior relevância, para que seja possível dar respostas às expectativas da sociedade da qual tem sua função. Essa função dá ênfase aos princípios de liberdade acadêmica e de autonomia institucional, ao mesmo tempo em que enfatiza a necessidade de se prestar contas à sociedade (UNESCO, 1999, p. 49).

Para dar conta dessas estratégias, o documento apresenta como resposta uma nova visão para a educação superior, a qual deve observar três lemas, a saber: relevância, qualidade e internacionalização. Do primeiro lema, destacam-se elementos das relações com a sociedade e com o mundo do trabalho; relações com o Estado e a base para a administração institucional e gerencial; fundos públicos e responsabilidades com a divisão dos custos; renovação de ensino e aprendizagem e questões de conteúdo e divulgação, dentre outros. Ressalta-se a necessidade de uso de recursos tecnológicos, a reformulação dos papéis na estrutura e na diversificação de oferta para o ensino superior.

Novos papéis para o ensino superior têm de ser definidos para providenciar oportunidades de ensino vitalício do mais alto nível. Métodos mais flexíveis e menos formais de treinamento avançado e formas de atualizar conhecimentos e habilidades devem ser encontrados. Estruturas organizacionais flexíveis para ensinar [...] (IBIDEM, p. 61).

A EaD é apontada no documento como uma possibilidade promissora de resposta aos desafios ao ensino superior, pois nessa visão, ela pode ser realizada por meio de cooperação entre instituição pública e privada e até por entidades não educacionais, quando se afirma que “pessoas com experiência no comércio, no governo e em organizações internacionais poderiam, dessa forma, injetar novas ideias nos programas de estudo” (IBIDEM, p.61).

As instituições de ensino superior devem fazer maior uso das vantagens oferecidas pelos avanços tecnológicos das comunicações. Agora é possível, por exemplo, integrar aprendizagem a distância aos programas de ensino mais tradicionais sem perda da qualidade. Como resultado desses desenvolvimentos, a distinção entre educação a distância e tradicional está se reduzindo. Sistemas alternativos de divulgação são elementos viáveis nos futuros projetos para o ensino superior, especialmente na abertura para nova clientela e na criação de estratégias flexíveis para sobrepujar desvantagens associadas às organizações tradicionais de estudo. Nesse contexto, a cooperação com organizações e associações públicas e privadas deve ser incentivada (IBIDEM, p. 63).

Lima (2006) considera que a expansão e a democratização do acesso à educação superior a partir dessas propostas elaboradas pelos organismos internacionais – os quais apontam a utilização de tecnologias da informação e comunicação – está relacionada ao sinônimo da diversificação das instituições e das fontes de financiamento, marcados pelo crescente processo de mercantilização da educação. De fato, Borges (2002), ao apresentar estudos sobre o papel da educação a distância e o uso intensivo de TICs, também mostra que ela vem se consolidando em meio ao processo de reestruturação da educação superior, o que de certa forma contribui para cumprir a pauta da agenda neoliberal, acompanhada das mudanças e exigências da reestruturação produtiva.

Nos dias atuais, a educação começa a ser redefinida, ampliando seu caráter mercantil que pode ser comercializado de diferentes maneiras, pois para que se estabeleça um dos pilares do sistema neoliberal, a competitividade, são necessárias tanto uma base produtiva interna, quanto uma força de trabalho adaptada às tendências do mercado internacional, apoiado no uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação (BORGES, 2002, p. 99-100).

Outro importante documento nessa análise é o *Plano Decenal de Educação para Todos* (PDET), elaborado pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC) e que resulta dos planos decenais dos estados e municípios. As bases desse documento se fundamentam nas orientações da Conferência de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, 1990, convocada pela Unesco, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o pelo Banco Mundial (BM). O documento faz uma análise sobre a situação e as perspectivas da educação fundamental. Em seguida, aponta os obstáculos que ela precisa enfrentar e que, de forma geral, se reduzem ao fato de que “o sistema educacional vem mostrando incapacidade de associar o acesso, a permanência com qualidade e equidade para uma clientela afetada por profundas desigualdades sociais” (PDET, 1993, p. 25).

O documento, ao apontar estratégias para universalização do ensino fundamental e para erradicação do analfabetismo, destaca a necessidade de ações que visem a melhorar o acesso e a permanência na escola. Afirma que se faz necessária maior flexibilização para a adoção de programas diferenciados que atendam aos anseios de variados segmentos da clientela escolar, apontando como sugestão a educação a distância.

No entanto, esforços adicionais deverão ser empreendidos para determinados segmentos da clientela escolar (indígenas, crianças de áreas rurais pobres, meninos de rua, trabalhadores por conta própria, entre outros), mediante adoção de planos, métodos e instrumentos apropriados à satisfação de suas necessidades específicas de aprendizagem.[...]

d) [...] oferta de programas diferenciados de avanço escolar para alunos já integrados ao mercado de trabalho, com regimes especiais de frequência, alternância pedagógica, educação a distância, entre outros (PDET, 1993, p. 48).

O documento apresenta medidas e instrumentos para a implementação do Plano, destacando a necessidade de se realizarem parcerias e alianças; de se promoverem a eficiência e a equalização dos financiamentos; de se desenvolverem a cooperação e o intercâmbio internacional; de se intensificarem as ações governamentais com seus programas, projetos e ações. Além dessas medidas, destaca a estruturação de um Sistema Nacional de Educação a Distância, dentre outras ações.

De acordo com o documento, um plano que previa o Sistema Nacional de Educação a Distância já se encontrava em fase de estruturação e havia preocupação com a implantação e a consolidação desse sistema, tendo em vista que ele abrangeria os diversos níveis de educação, a formação continuada e a implementação de novas tecnologias.

No âmbito do Sistema, está sendo instituído um consórcio de universidades, em articulação com o Crub, visando a desenvolver programas de formação e educação continuada para discentes e docentes de todos os níveis de ensino, bem como a implementar ações de pesquisa e desenvolvimento para o uso de novas tecnologias de Telecomunicações e Informática na Educação. Programas de intercâmbio e de cooperação técnica deverão ser firmados com organismos nacionais e internacionais. Buscar-se-á, ainda, ampliar e aprimorar a produção, edição e transmissão dos programas de educação a distância [...] O Sistema terá como suporte uma rede teleinformacional que se interligará a {sic} rede nacional de pesquisa e a uma rede teleinformacional de suporte o desenvolvimento cultural. Esta rede poderá ser acionada desde um simples telefone público a um sistema avançado de computador, permitindo a qualquer cidadão o acesso ao conhecimento. Com o Sistema deverão ser incrementados projetos de alfabetização, formação inicial e continuada do cidadão brasileiro, constituindo prioridade o desenvolvimento dos recursos humanos do setor educacional (PDET, 1993, p. 51-52).

Considerando-se essa análise, percebemos que, no Brasil, a EaD tem sido assumida como um compromisso nacional a partir desse *Plano Decenal de Educação para Todos* (PDET) e dos documentos analisados, que apontam o envolvimento de infraestrutura do Estado com a cooperação da sociedade civil, por meio de parcerias entre o setor produtivo, as instituições especializadas e os órgãos governamentais (IBIDEM).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da compreensão sobre a reestruturação da educação superior iniciada nos anos de 1990 do século XX e a forte influência das diretrizes reformistas da administração gerencialista, percebemos ainda algumas marcas, impregnadas em documentos e nas políticas para a educação brasileira, sobretudo na EaD, que se consolida no país. Está bastante presente no campo educacional a visão de que, por meio da EaD, será possível formar profissionais aptos às necessidades do mercado. Ou, ainda, a concepção de que essa modalidade de ensino representa uma forma de diversificação de acesso ao ensino superior, uma vez que poderia ser implementada com custos muito baixos, sem a necessidade de contratação de professores efetivos, sem planos de carreiras, sem movimentos grevistas, sem gastos com espaços físicos.

A análise dos documentos neste estudo evidencia, também, o quanto eles favorecem a difusão daquelas concepções, que depositam na educação a distância a tarefa de possibilitar que estudantes pobres e sem condições de realizar cursos regulares no ensino presencial possam fazê-lo nessa modalidade de ensino. Além disso, destacam que a EaD deve ser vista como um método mais flexível e menos formal e, assim, poderia, a curto prazo, treinar uma grande quantidade de pessoas para o mercado de trabalho.

Estes são alguns dos elementos que respondem ao nosso questionamento inicial e que apontam indícios de que a EaD vem se consolidando, em meio aos anseios do movimento neoliberalista no campo educacional, considerando-se o período analisado do contexto reformista dos anos de 1990. No entanto, acreditamos que é inconcebível que uma modalidade de ensino, que poderia ser idealizada como estratégia para democratizar o acesso à educação pública de qualidade, esteja sendo postulada a partir de uma lógica neoliberalista, como um serviço que é vendido para responder aos anseios de formação de uma mão de obra para o mercado de trabalho, uma constatação que não condiz com a luta histórica por uma educação pública de qualidade como direito para todos.

Visando a essa análise e constatação dos resultados, ficamos a pensar, assim como destaca Preti (1998), que são variados os desafios que a educação a distância enfrenta e os quais ela terá que superar, se não quiser ficar à margem de uma compreensão reduzida de ser apenas um bem econômico; do contrário, que se firme, voltada para uma qualificação social. Também é preciso combater o pragmatismo da “despolitização” do ato educativo e fazer a EaD a partir de um “caminho real de socialização de conhecimentos, de democratização dos bens culturais e tecnológicos, para oportunizar melhor sociabilidade, convivência, formação para cidadania na perspectiva da cooperatividade” (PRETI, 1998).

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia** (El Desarrollo en La práctica). Washington, D. C. BIRD/Banco Mundial. 1995.

BORGES Rosana Maria Ribeiro. **Educação a Distância ou a Favor da Distância?** Inter-Ação: Rev. Fac. Educ. UFG, 27 (2): 1-54, jul./dez. 2002.

BRASIL. PDET - Plano Decenal de Educação para Todos. Ministério da Educação/UNESCO.1993.

CATANI, Afrânio Mendes.; OLIVEIRA, João Ferreira de. A reforma da educação superior no Brasil nos anos 90: diretrizes, bases e ações. In: CATANI, Afrânio. Mendes.; OLIVEIRA , João Ferreira de (Orgs.) **Reformas Educacionais em Portugal e no Brasil**. Campinas, São Paulo. Autêntica, 2000. p.95-134.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação Superior na Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Uma Nova Reforma? In: CATANI, Afrânio Mendes (Org.). **Novas Perspectivas nas Políticas de Educação Superior na América Latina no Limiar do Século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

LIMA, Kátia Regina de S. Educação a Distância na Reformulação da Educação Superior Brasileira. In: NEVES, Lúcia Maria W. SIQUEIRA, Ângela C. de (Orgs.) **Educação Superior: uma reforma em processo**. São Paulo: Xamã, 2006.

MANCIBO, Deise. **Políticas para a Educação Superior no Brasil** (1990-1998). Anais ANPUH, 1998. Disponível em <<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/1998/.../Deise%20Mancibo.doc>>, Acesso em 20/10/2006.

OLIVEIRA, João Ferreira de e CATANI, Afrânio Catani. **Educação Superior no Brasil – Reestruturações e metamorfose das Universidades Públicas**. Rio de Janeiro, Vozes, Coleções Universit@s, 2002.

PRETI, Oreste. Educação a Distância e globalização: tendências e desafios. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 79, n. 191, p. 19-30, jan./abr. 1998.

SILVA JR., João dos Reis, SGUISSARDI, Valdemar (Orgs). **Novas faces da**

educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1999.

_____. **Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC.** SP: Xamã, 2002.

SOUZA, Raquel Aparecida. “**Da Unitins à UFT: Modelos e Práticas Gestoriais presentes na Educação Superior do estado do Tocantins no Limiar do Século XXI**”. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 2007.

UNESCO. **Política de mudança e desenvolvimento no Ensino Superior.** Tradução e revisão Laura A. Fusaro, RJ, Garamond. 1999.

MARCELO SOARES PEREIRA DA SILVA é doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Uberlândia, onde foi coordenador do Curso de Pedagogia e Diretor da Faculdade de Educação. E-mail: marcelosoares@ufu.br

RAQUEL APARECIDA SOUZA é mestra em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia e professora assistente da Universidade Federal do Tocantins, Atua com pesquisas na área de gestão e política educacional, educação a distância e educação e tecnologias. Participa do grupo GEPEGE – Grupo de Pesquisa em Política, Gestão e Educação. E-mail: raquelasufu@hotmail.com

Recebido em novembro de 2011.

Aprovado em março de 2012.